

Werlang, Sérgio Ribeiro da Costa. *A descoberta da liberdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, 180 p.

Antonio Delfim Netto[§]

Um dos mais brilhantes economistas brasileiros, o sr. Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, reconhecida autoridade internacional em Teoria dos Jogos, e introdutor, junto com o sr. Armínio Fraga, do sistema de “metas inflacionárias” no Brasil, deu um interessante passo para explicar o capitalismo como resultado final necessário de um inexorável processo histórico. No seu livro “*A descoberta da liberdade*”, o capitalismo é o produto da própria “natureza humana”

O capítulo inicial do livro faz lembrar Spinoza na “*Ética demonstrada de acordo com a ordem geométrica*” O primeiro axioma é a imutabilidade da natureza humana. Parto do princípio – diz o autor, p .10 – que os seres humanos, os “*homo sapiens sapiens*” *têm e sempre tiveram a mesma natureza, que é individual e fundamentada na base do maior bem-estar pessoal.*” O segundo axioma é que seres racionais e operativos, com consciência individual e permanentemente em busca de maximizar os seus próprios interesses, acabarão produzindo, por tentativa e erro, uma História que terminará numa sociedade compatível com tais exigências. É claro que sempre existiram dúvidas sobre a existência de uma “natureza humana” De um lado, temos extrema visibilidade dos chamados “universais humanos” (comportamentos que existem em todas as culturas, mas se exprimem diferentemente). A dança, por exemplo – mas não a dança individual –, existe em todas as culturas até hoje conhecidas. Por outro lado, a própria análise de Werlang mostra as diferentes concepções do mundo grego quando comparadas com as criadas pelo cristianismo. Foi o Iluminismo que procurou, no século 17 (com Bacon, Hobbes e outros citados por Werlang), uma “natureza humana” que existiria escondida nas óbvias diferenças das culturas. Durkheim, por sua vez (*The dualism of human nature and its social conditions*), chamou a atenção para a “plasticidade” da natureza humana. O importante é que não é preciso crer numa “natureza humana imutável” para ver certa plausibilidade na narrativa de Werlang. A relevância no trabalho é a sua insatisfação com as explicações contingentes do liberalismo. Tenta a incorporação da Teoria Econômica com a História, com as Ciências Cognitivas e, finalmente, com a Filosofia, para deduzir que a sociedade que acomoda a “natureza humana” é o capitalismo.

§ Professor do Departamento de Economia da FEA-USP e Deputado Federal.

Werlang desenvolve um enorme esforço intelectual, navegando pelos clássicos da filosofia liberal (e alguns “coletivistas”), e faz um périplo pela história universal, analisando como surgiram, concretamente, as instituições que permitiram à “verdadeira natureza humana” acomodar-se num sistema de economia de mercado. Com convicção e ousadia, ele confessa que tem um ponto de vista teleológico do processo histórico: *“é inevitável que o mecanismo de tentativa de erro leve a uma organização social que se compatibilize com a verdadeira natureza humana.”* E entrega-se com vigor à pesquisa histórica, para comprová-lo, não para rejeitá-lo...

A noção de individualidade da consciência em Werlang não é pacífica, e enfrenta o “senso comum” nas suas conseqüências do ponto de vista ético. Como ele diz, à p. 8, *“o que é melhor para um indivíduo é aquilo que este prefere. Em outras palavras, é fundamental compreender que o conceito de uma ação ser melhor que a outra é inteiramente pessoal. Da mesma maneira pode-se ver que a pior atitude é também algo de caráter estritamente individual: é aquela que mais lhe desagrada. O bem nada mais é que a coleção de ações consideradas boas, e o mal, a de ações consideradas ruins”*... *“Utilizando o mesmo raciocínio pode-se dizer também que as noções de moralmente certo ou errado e de virtude e vício são específicos a cada ser humano.”* Todo o livro é para demonstrar que se uma pessoa souber qual é a melhor alternativa à sua disposição, e poder escolher sem constrangimento, então esta será selecionada.

Quais as propriedades que deve ter essa sociedade para acomodar as consciências individuais que buscam seu bem-estar dentro da vida comunitária em que, necessariamente, elas têm de viver? Com raciocínios engenhosos e interessantes que fazem uma visita à lógica da teoria dos jogos, à história da filosofia (desde os gregos até Hobbes, Rousseau, Hume, Locke Kant etc.), Werlang vai demonstrando que são três:

1. a instituição da propriedade privada;
2. as inter-relações entre as consciências individuais (ou seja, as trocas entre elas) devem ser feitas livremente no mercado; e
3. a proteção dos contratos celebrados entre as consciências individuais.

Resumindo: pela própria dinâmica de funcionamento dos agentes individuais vai sendo construído, por tentativa e erro através da História, um Estado leve e amigável que faz respeitar o direito de cada um procurar seus próprios interesses, que faz respeitar a propriedade privada, faz cumprir os contratos e assegura o livre funcionamento dos merca-

dos. Eis, aí, a “ordem capitalista geometricamente demonstrada!” O problema é que nunca se enfatiza o desejo de “igualdade”, que é o demônio que atormenta o homem cada vez que ele tem tempo para “pensar-se”

A partir dessa demonstração analítica (e filosófica), Werlang mostra uma enorme erudição e um esforço digno do maior respeito para sugerir (com exemplos históricos) a “prova” da sua tese.

Werlang faz um amplo e competente resumo das origens históricas da propriedade privada, cuja utilidade ele já demonstrara analiticamente. Analisa as origens da liberdade e do individualismo na Grécia antiga, sem deixar de atribuir a Platão a etiqueta de “coletivista” tornada comum depois de Karl Popper, e enxerga um Aristóteles talvez mais coletivista do que seria justo. E vai avançando na História, passando pela origem do Direito Romano, o pensamento islâmico e hebraico na Idade Média, até a redescoberta do indivíduo. Um livro que poderia ter sido muito útil ao autor é o “*Les origines du capitalisme*”, de Jean Baechler (1971), que percorre o mesmo itinerário histórico, com as mesmas conclusões.

O interessante livro de Werlang é mais uma tentativa de encontrar, na “natureza humana”, a naturalidade do capitalismo. Sua base, entretanto, não deixa de ser um certo empobrecimento do homem, que se resumiria ao ser egoísta e mercantil que o habita. Marx é citado (mas não consta de bibliografia). É muito duvidoso, entretanto, que quem tenha sofrido o choque dos “Manuscritos” fique satisfeito com tão triste antropologia. O esforço do autor é meritório. O seu sucesso significaria, de fato, a morte do sonho de qualquer sociedade solidária futura, por contrária à própria e imutável natureza humana.

O extraordinário encantamento produzido pelo marxismo (com relação aos outros “coletivismos”) reside na sua extrema radicalidade. Simplificado ao máximo, sua pergunta inicial é “onde está o mal do mundo?” A resposta genérica é “na extrema desigualdade entre os homens” De onde vem essa desigualdade? Da existência de classes. De onde vêm essas classes? Da divisão do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção que cria o trabalho assalariado. Temos assim, de um lado, a “consciência individual” da burguesia com o seu capital que pode alugar o proletariado e, de outro, a “consciência individual” do trabalhador, que só tem para alugar a sua própria força de trabalho. Quando, portanto, o proletariado exige igualdade ele só pode ser satisfeito pela abolição das classes, ou seja, pela eliminação da atual divisão do trabalho e da propriedade privada. O proletariado não pode contentar-se apenas com a liquidação dos privilégios. Ele deve exigir o fim das classes. Nessa sociedade de plena liberdade e igualdade,

“cada um daria (à produção societária) o que lhe permitissem suas habilidades e dela retiraria o que exigissem as suas necessidades.”

Essa caricatura tem uma vantagem definitiva: se for impossível superar a divisão do trabalho no processo produtivo, não se eliminará a causa básica da desigualdade. É essa superação, possível? Até agora nenhuma experiência coletivista provou que sim. As experiências do “socialismo real” dos últimos 80 anos produziram sociedades perversas do ponto de vista humano e extremamente ineficientes do ponto de vista econômico.

Enquanto se procurava o tipo de sociedade que libertaria o homem, a história não parou, como mostra Werlang. Na prática diária descobriu-se que um sistema de mercado organizado descentralizadamente em torno de um sistema de preços, com os consumidores escolhendo o seu maior bem-estar e os produtores objetivando o maior lucro, funciona razoavelmente e é compatível com a liberdade individual ainda que não o seja com relação à igualdade. Aos poucos compreendeu-se que, para ser eficiente, o “mercado” tinha de ser sustentado por um conjunto de normas e instituições garantidas pelo Estado. Verificou-se, também, que o Estado deveria assegurar aos agentes das iniciativas individuais (que incorporam a invenção e a nova tecnologia) a apropriação dos benefícios delas decorrentes, o que exige direito de propriedade privada. O processo eficiente que decorre desse tipo de organização produtiva está apoiado sobre a generalização da divisão do trabalho na propriedade privada e no uso dos mercados.

Chegamos, assim, à base da contradição que separa todos os coletivismos (como sociedades sem classe) do capitalismo. O primeiro precisa eliminar a divisão do trabalho e a propriedade privada; o segundo não funciona sem elas! O capitalismo continua a fazer sua revolução (como previu Marx melhor do que qualquer outro), enquanto o socialismo continua à sua própria procura...

A crítica ao capitalismo é um velho esporte dentro da tribo dos economistas, como são prova a existência dos “reformadores sociais” (Robert Owen, Simonde de Sismondi, Saint-Simon); os “socialistas ricardianos” (Thompson, Hodgskin, Bray) e “*tutti quanti*”... Proudhon (odiado por Marx) tinha umas idéias mutualistas para eliminar a distinção de classes e imaginou um “banco de trocas” que mereceria a atenção dos modernos propulsores da sociedade solidária...

A pelo menos 25 séculos os homens procuram a fórmula capaz de levá-los a uma “sociedade justa”, mesmo sem saber o que é ela ou se existe. É possível que a idéia de uma “sociedade justa” seja apenas um generoso desejo, criado por um imperativo ético-racional permanentemente em evolução (“natureza humana”?). Seja o que for, uma coisa é

certa: ela não será presenteada a uma sociedade concreta por um líder ou por um partido. Muito menos por uma Constituição, por mais perfeita que seja.

Essa “sociedade justa idealizada” será sempre uma assíntota que se afasta da sociedade concreta no mesmo momento em que estamos tentando construí-la, como os exemplos históricos de Werlang revelam. Aparentemente, o único mecanismo que possibilita a convergência da sociedade histórica para a sociedade “justa” é o exercício da política que, juntamente com o trabalho, são as expressões naturais da atividade humana.

Não é possível demonstrar a sua “existência”, mas a história sugere que ela pode ser continuamente aproximada por uma particular combinação orgânica do **processo capitalista na economia**, sugerido por Werlang, com o **processo da democracia-política** na sociedade da qual são parte as consciências individuais. Democracia e capitalismo não são coisas. Não são utopias que saltaram prontas e congeladas do cérebro de algum gênio do cálculo abstrato e que existem como idéias platônicas no mundo da imaginação. São processos de solução de conflitos, nascidos da prática cotidiana. Eles se interpenetram e tiram sua capacidade de evoluir da resolução, sempre incompleta e imperfeita, dos problemas gerados por sua própria dinâmica, como é o caso da propriedade privada explorada por Werlang.

Foi o processo democrático-político (o sufrágio universal) que corrigiu os excessos do capitalismo do século XIX. Deixado a si mesmo, sem um controle jurídico e ético, o capitalismo reconhecido como o “mercado” é autodestrutivo como bem sabia Marx. Quando bem regulado, ele pode levar à eficiência produtiva e conviver pacificamente com a liberdade individual, mas está longe de produzir uma relativa igualdade. E, goste-se ou não, esta é uma das aspirações fundamentais da sociedade “justa”. Nas sociedades de democracia-política ela se impõe pelo voto nas urnas, o que talvez indique que ela é também parte de uma “natureza humana” que evoluiu.

A combinação do processo democrático-político (a “urna”) com o processo capitalista (o “mercado”) cria um mecanismo adaptativo capaz de administrar e compatibilizar as contradições entre a relativa igualdade, a liberdade individual e a eficiência produtiva. A URNA corrige os excessos do mercado e o MERCADO, por sua vez, limita os excessos de democratismo da urna. É essa combinação que permite a exploração dos caminhos disponíveis e a acumulação de um aprendizado para resolver os problemas da sociedade. E isso lhe dá as condições de sobrevivência: vai se compondo uma sociedade onde se acomodam, pragmaticamente, aqueles três valores não inteiramente compatíveis, o que enriquece a “consciência das individualidades” de Werlang.

O século XX mostrou – à custa de um imenso sofrimento humano – que não se descobriu nenhum sistema de organização econômica alternativo ao capitalista. Este não foi uma construção cerebrina, mas produto de uma evolução quase biológica capaz de compatibilizar a eficiência produtiva com uma relativa igualdade e com a liberdade individual. É por isso que existiram múltiplos "capitalismos" no decurso da História. Cada vez que os homens não foram impedidos, pela força do Estado, de interagirem livremente, trocando no mercado o produto do seu trabalho, em lugar do caos eles acabaram encontrando uma "ordem", como mostrou Adam Smith.

A organização é tão mais eficiente quanto maior o respeito à propriedade privada, à liberdade de iniciativa e ao cumprimento dos contratos, garantidos por uma ordem jurídica constitucional. Ao contrário do que a maioria das pessoas pensa, o "mercado" não é um "ser" a quem se possa atribuir atributos humanos. Como disse o grande economista italiano Luigi Einaudi, *"o mercado não é um fato da natureza, cujo escopo é levar à vitória o mais forte, mas um sistema de regras e normas sem o qual o capitalismo perde toda a sua credibilidade ética e suas possibilidades de sucesso."* O problema é que mesmo este "mercado ético" ignora o anseio generalizado que os homens desenvolveram por uma certa igualdade que falta nos axiomas de Werlang.

Em torno da misteriosa "ordem" que emerge no mercado, e do comportamento independente de agentes que procuram seu próprio interesse, os economistas se dividiram e construíram alguma ciência e alguma mitologia. De um lado, agruparam-se aqueles que vêem acima de tudo a beleza mecânica da coordenação das múltiplas decisões dos agentes, derivadas da descentralização das informações transmitidas pelo sistema de preços. De outro, os mais céticos, que vêem algumas deficiências nesse mecanismo de coordenação pela existência de informações assimétricas, de elementos de monopólio e de rigidez no sistema de preços e na formação dos salários.

São duas diferentes visões do mundo que informam um papel econômico diferente para a ação do Estado. Para os primeiros, o sistema funciona bem e os mercados sempre encontram com rapidez o seu equilíbrio. As eventuais imperfeições são corrigidas pelo processo competitivo. Dessa forma, a melhor coisa a fazer é deixar o Estado de fora de toda ação econômica, mas sustentando uma ordem jurídica adequada. O sistema capitalista cuidará de si mesmo e um dia acabará reduzindo as desigualdades que ele mesmo criou.

Para os segundos, esta é uma visão míope: as hipóteses que garantem o bom funcionamento do capitalismo estão longe de se realizarem no mundo. A coordenação apenas pelo

mercado é incapaz de cuidar, quer da eficiência produtiva, quer da relativa igualdade. Cabe, portanto, uma ação do Estado para corrigir as falhas do capitalismo, ainda que se reconheça que não existe nenhum sistema mais eficiente do que ele para administrar a economia.

O livro de Werlang deve ser lido por todos os profissionais e estudantes para que estes entendam que a teoria econômica é mesmo uma ciência social que deve combinar outras ciências (História, Geografia, Antropologia, Direito, Psicologia e Econometria) com a velha Filosofia para tentar entender o comportamento humano em sociedade. A Matemática (na qual Werlang é mestre) deve ser cultivada como uma formidável linguagem quando a lógica fica mais difícil. Se a empreitada não foi totalmente bem-sucedida (a de “provar” que o capitalismo é consequência da “natureza humana”), ela, pelo menos, deixou um rastro de luz. Um novo Werlang foi se autoconstruindo à medida que sua obra foi explicitando a sua essência, isto é, a sua própria “natureza humana”, muito mais rica do que a contida no seu axioma. Tenho a impressão (ou o desejo?) que a evolução genética do homem (a seleção natural) será lentamente complementada por uma evolução ética que transformará, num imperativo categórico, a ampliação do altruísmo e da solidariedade, o que tornará muito mais difícil a vida dos economistas. Em compensação, o Mundo está melhor!

O livro de Werlang é muito bem escrito. Notei a falta de um complemento na segunda linha da p. 147 e de uma referência ao interessante trabalho de Itai Sened, citado à p. 19, mas ausente na bibliografia.

Relação de Pareceristas do Ano – 2004

Adolfo Sachsida	Luiz Fernando Rodrigues de Paula
Ajax Reynaldo Bello Moreira	Luiz Guilherme Scorzafave
André Garcez Ghirardi	Marcelo Fernandes
Antonio Gledson de Carvalho	Marcelo Resende
Armênio de Souza Rangel	Marcelo Savino Portugal
Benjamin Miranda Tabak	Marcos da Rocha Ferreira Mendes
Carlos Eduardo Soares Gonçalves	Marcos Jank
Denisard Cnéio de Oliveira Alves	Maria Cristina T. Terra
Edric Martins Ueda	Maria Dolores Montoya Diaz
Edson Paulo Domingues	Maria José Willumsen
Evaristo Marzabal Neves	Matheus Albergaria de Magalhães
Fabiana Fontes Rocha	Mauro Borges Lemos
Fábio Kanczuk	Milton Barossi Filho
Fernanda Gabriela Borger	Mirian Rumenenos Piedade Bacchi
Flávio Ataliba Barreto	Mônica Viegas Andrade
Gervásio Castro de Rezende	Paulo Gonzaga M. de Carvalho
Gesner J. Oliveira Filho	Raul da Mota Silveira Neto
Gilberto Tadeu Lima	Ricardo Luis Chaves Feijó
Gilson de Lima Garófalo	Roberto Guena de Oliveira
Helder Ferreira de Mendonça	Rodolfo Hoffmann
Joaquim José Martins Guilhoto	Rodrigo De Losso da Silva Bueno
José Carrera-Fernandez	Sérgio Kannebley Júnior
José Raimundo Carvalho	Siegfried Bender
José Roberto Securato	Tatiane Almeida de Menezes
José Vicente Caixeta Filho	Tito Belchior Silva Moreira

